

## Relações entre um intelectual e um governante no século XVI: o exemplo de cartas de Hieronymo Osório

Terezinha Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste texto refletiremos sobre as relações existentes entre um mestre do século XVI e um governante por meio de Cartas do primeiro. Nossa análise tem como fio condutor considerar a recuperação da memória de um dos maiores mestres portugueses da primeira metade do século XVI, Hieronymo Osório (1506-1580). Sua importância vincula-se a dois aspectos que consideramos relevantes no campo da história da educação. O primeiro diz respeito às *Cartas* como fonte para o entendimento das relações sociais e das práticas educativas do século XVI. O segundo relaciona-se ao entendimento do próprio período e à possibilidade de compreender de que maneira a figura do intelectual, quando se encontra ao lado de um governante, pode influenciar e participar da construção do seu tempo histórico desde que seja um personagem que assuma os embates da sua época.

**Palavras Chave:** História da Educação. Cartas. Hieronymo Osório.

### Relations between an intellectual and a ruler of the XVIth century: the example of the letters from Hieronymo Osorio

**Abstract:** This paper will reflect on the relationship between a master from the sixteenth-century and a ruler by means of letters from the former. Our analysis has the memory retrieval of one of the largest Portuguese masters of the first half of the sixteenth century, Hieronymo Osorio (1506-1580) as a guiding line. His importance is linked to the two aspects we consider relevant in the field of history of education. The first concerns the *Letters* as a source for understanding the social and educational practices of the sixteenth century. The second relates to the understanding of the period itself and the ability to understand how the figure of the intellectual, when it is next to a ruler, can influence and participate in the construction of its historical time, as long as he is a character that takes on the debates of his time.

**Keywords:** History of Education. Letters. Hieronymo Osório.

**Nota prévia:** É com grande satisfação que envio esta mensagem de congratulação em comemoração aos duzentos (200) números das revistas publicadas no site [www.hottopos.com](http://www.hottopos.com). Esse site é parte integrante das atividades desenvolvidas pelo CEMOrOc - Centro de Estudos Medievais - Oriente & Ocidente, sediado na Faculdade de Educação da USP (FEUSP) e dirigido pelo professor Jean Lauand. O CEMOrOc, com suas atividades e publicações, tem brindado a sociedade científica e leiga com um conjunto de estudos que, indubitavelmente, muito contribuiu e tem contribuído para o desenvolvimento das pesquisas, especialmente as das humanidades — e, com isso, para o desenvolvimento da própria sociedade.

O Centro de Estudos edita e divulga investigações de pesquisadores nacionais e internacionais por meio da organização, editoração e publicação de uma série de revistas que se encontram disponíveis no site acima mencionado. Trata-se das Revistas *Notandum*, *Internacional de Humanitats*, *International Studies on Law and Education*, *Collatio*, *Convenit Internacional*, *Mirandum Plus*, *Videtur*, *Videtur Letras*, *Notandum Libros* e *Mirandum*.

Assim, o CEMOrOc tem, no rol de suas publicações, dez (10) periódicos nos quais os leitores se deparam com uma multiplicidade de temas e de autores. Aliás, esta é uma das grandes virtudes das Revistas divulgadas pelo Centro de Estudos Medievais: em todos os números encontramos renomados colaboradores nacionais e internacionais, com destaque para estudiosos da Espanha, Alemanha e Portugal, entre outros países.

Como Editora *ad hoc* da Revista *Notandum*, dos números 18 (2008), 21 (2009), 24 (2010) e 27 (2011), concernentes especificamente à temáticas do medievo, sinto-me privilegiada e honrada em participar do Grupo de trabalho do CEMOrOc e de poder contribuir, minimamente, com o

---

<sup>1</sup> Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação junto a Universidade Estadual de Maringá. Endereço eletrônico: [teleoliv@gmail.com](mailto:teleoliv@gmail.com). Profesora de la Universidad Internacional de La Rioja (UNIR), donde dirige el Seminario “Cine y Persona” (<http://www.unir.net/seminario-cine-persona.aspx>). Profesora de la *Escuela de Pensamiento y Creatividad* (Prof. D. A. López Quintás) (<http://www.escueladepensamientoycreatividad.org>). Directora de la “Sección Cine y Educación–Madrid” de CinemaNet (<http://www.cinemanet.info/cine-y-educacion/>).

árido trabalho de editoração e disseminação da pesquisa no Brasil, especialmente nos campos da História e da Filosofia da Educação Medieval.

Finalizo minhas palavras agradecendo e, uma vez mais, parabenizando o Mestre Jean Lauand, exemplo de dedicação e desprendimento, por dirigir um Centro de Estudos que prima pela disseminação do conhecimento e estimulando investigações acerca da época medieval.

\*\*\*

## Introdução

O objetivo deste texto é tecer considerações sobre a importância da recuperação da memória de um dos maiores mestres portugueses da primeira metade do século XVI, Hieronymo Osório (1506-1580). Esta importância vincula-se a dois aspectos que consideramos relevantes no campo da história da educação. O primeiro diz respeito às *Cartas* como fonte para o entendimento das relações sociais e das práticas educativas do século XVI. Sob este aspecto, poderemos, por meio delas, construir um olhar historiográfico acerca do período. O segundo relaciona-se ao entendimento do próprio período e à possibilidade de compreender de que maneira a figura do intelectual faz-se presente, influencia e participa da construção do seu tempo histórico desde que assuma os embates do seu presente. As *Cartas* de Osório proporcionam estas duas possibilidades de apreensão da história.

É, por conseguinte, tendo como parâmetro estas duas trajetórias que pretendemos analisar as *Cartas* e elaborar nosso texto. Osório foi bispo da coroa portuguesa sob o reinado do rei D Sebastião (1554 - 1578). As *Cartas* que ora analisamos são um conjunto de cinco missivas escritas por ele, tratando, de uma forma ou de outra, da atuação do monarca à frente do seu reino. Elas evidenciam a forma como este 'intelectual' estava envolvido com os problemas da coroa e da sociedade portuguesa na segunda metade do século XVI. O conjunto das *Cartas* que utilizamos para fazer nossas reflexões foi organizado por Veríssimo Alves da Silva e editado em Paris no ano de 1819. Na primeira *Carta*, a mais longa, o bispo Osório trata de aconselhar ao Rei sobre como este deve proceder para melhor governar seus súditos e proporcionar-lhes o bem comum. Na segunda *Carta*, o intelectual dirige-se ao rei discorrendo sobre a importância política para Portugal do possível casamento do monarca com uma jovem ligada à coroa da França. A terceira *Carta* é dirigida ao confessor do rei, Padre Luis Gonçalves da Câmara. Na quarta missiva, destinada ao Rei D. Sebastião, Osório solicita que o monarca tome providências contra um juiz que está prejudicando os interesses da Igreja, na medida em que isentava vários súditos do pagamento do dízimo, imposto que asseguraria a existência desta Instituição. A quinta *Carta* é dirigida à rainha D. Catarina, avó de D. Sebastião, que está ameaçando abandonar Portugal. Ela foi escrita no sentido de demover deste propósito a Rainha-avó. Deste conjunto de cinco *Cartas* vamos nos deter, com mais vagar, na primeira, na medida em que explicita a importância e influência de um intelectual junto ao governante.

É preciso observar que estas missivas de Hieronymo Osório, nas quais o mestre indica e ensina qual deve ser o comportamento do Rei, não é uma característica específica deste mestre e tampouco uma particularidade do reino português. Ao contrário, há registros de grandes mestres do período que se dedicaram a escrever *Cartas* ou mesmo obras inteiras nas quais procuravam indicar como deveria ser o comportamento do governante ou elementos do segmento dominante da sociedade. Erasmo de Roterdã (1466-1536) escreveu dois manuscritos destinados à formação de um menino nobre: *Da civilidade pueril* e *De Pueris*. Giovanni Della Casa (1503-1556) escreveu a obra *Galateo ou dos costumes*, na qual se dedica a ensinar normas e regras de comportamentos para que um sobrinho do religioso soubesse se comportar na corte. Isto para não falar de Maquiavel (1469-1527), com a sua obra *O Príncipe*, uma das

obras mais lidas e, certamente, livro que orientou muitos governantes desde a sua divulgação. Estes três autores foram, mais ou menos, contemporâneos de Osório e, do mesmo modo que este autor, eles procuraram ‘orientar’, no sentido de educar, os homens que estavam ou estariam à frente do governo no seu Estado.

A época que ficou caracterizada como Renascimento em grande parte da Europa, em fins do século XV e no século XVI, foi um momento de grandes mudanças na vida dos homens e elas exigiram formas de comportamentos<sup>2</sup> que se diferenciavam dos que eram os usuais na sociedade medieval europeia até então. A situação de Portugal não era distinta do que acontecia em países como a França, a Península Itálica e a Holanda, por exemplo. Exatamente porque este cenário era mais ou menos similar nos principais países do continente europeu que neles encontramos obras que tinham idênticas finalidades: formar os homens para bem ocupar os espaços de lideranças.

Todavia, ainda que existisse muito em comum em cada uma destas nações é preciso considerar a singularidade da nação portuguesa nesse momento. Com efeito, ela se defrontava com uma série de problemas como o abandono do campo por parte da nobreza, a redução significativa no número de trabalhadores em virtude da expansão marítima, a possibilidade de guerra contra o islã, a precoce emancipação do rei D. Sebastião, dentre outros fatores, que tornavam o reino português muito suscetível à crise que, de fato, viria a ocorrer em Portugal<sup>3</sup>. Logo, as *Cartas* de Osório foram escritas em um momento bastante complexo da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo em que se registravam grandes mudanças oriundas do comércio, das grandes navegações, também em Portugal repercutiam as mudanças que atingiam os países europeus, como as guerras religiosas. Com isso, Portugal atravessava uma crise que ameaçava todas as conquistas obtidas no passado. Bellini destaca bem este cenário em seu artigo sobre Portugal na época do renascimento.

Em suma, pode-se afirmar que, na sociedade portuguesa do período que estamos enfocando, destacam-se duas características principais: por um lado, tratava-se de um mundo rural em crise, devido às novas circunstâncias, que atraíam um grande número de pessoas para Lisboa; por outro lado, identifica-se nela um aspecto moderno, urbano, do qual faziam parte a capital, o grande comércio, a vida da corte. (BELLINI, 2012, p. 6).

É neste cenário em que se assiste a uma situação dúbia, na qual se verifica um estado de avanço e, por outro, um cenário de crise, que Bellini define como ‘um mundo rural em crise’ e um mundo ‘urbano florescente’. É nesse contexto que a corte desempenha papel essencial no desenvolvimento da nação. Ainda segundo a autora, é em torno da corte que ocorrem os principais acontecimentos culturais.

No Portugal quinhentista, o paço real era o lugar por excelência de circulação de idéias, já que estava a ele ligada a maior parte dos pensadores, centros e atividades intelectuais. É lícito propor que a dependência, em relação ao patrocínio e controle da Coroa, de instituições e áreas do saber que constituíram, na primeira metade do século XVI, uma oposição promissora ao modelo escolástico, é fator de importância central para explicar o súbito declínio dessas instituições e correntes inovadoras a partir de meados do mesmo século. [...]

---

<sup>2</sup> A obra de Norbert Elias *O Processo Civilizador*, especialmente o primeiro volume nos apresenta um belo estudo no campo sociológico destas mudanças. Não podemos deixar, também, de mencionar a já considerada clássica obra do historiador Peter Burk *A Sociedade de Corte*.

<sup>3</sup> De fato, D. Sebastião empreendeu a guerra contra os ‘Mouros’ e nela o exército foi derrotado e D. Sebastião perdeu a vida. Em suma, este empreendimento foi uma catástrofe como previra Osório.

A centralização de atividades e interesses na corte favoreceu o envolvimento pessoal de homens de letras em empreendimentos políticos e militares como as viagens de descobrimento e colonização e a guerra contra o Islã. (BELLINI, 2012, p. 2).

A passagem da autora destaca a importância da corte na vida cultural do reino português. Ela se torna o *locus* de onde emana a luz do desenvolvimento renascentista. Nela circulam as ideias, os homens do saber, enfim, os avanços científicos e também as ‘fraquezas políticas’ tão bem relatadas por Osório em suas *Cartas*. Exatamente por ser um intelectual próximo da corte e um profundo conhecedor da história e da natureza dos homens é que ele pode ‘aconselhar’ ao rei como ele deve proceder no governo do seu reino e proporcionar o bem comum aos seus súditos.

O primeiro ensinamento deste mestre é o uso que ele faz da história para orientar D. Sebastião. Para o autor, a melhor forma de ‘orientar’ o governante é servir-se de exemplos do passado.

Os Reis da Pérsia tinham muitas ordees de servidores, sem os quais intendiam que era impossibil governar bem sua monarchia. Entre elles havia uns que chamavam seos olhos, outros suas orelhas, a outros seos amigos. Os muitos olhos serviam de vêr muitas cousas que dous somente ñ pode ver: as muitas orelhas, de ouvir muitas querelas que, com duas só, se ñ podiam ouvir: os muitos amigos, de falar a verdade que os falsos amigos encobrem.

Seguindo eu este estylo de bom e leal servidor, quanto minhas forças alcançam, direi o que vejo e o que ouço, com amor tan verdadeiro, como sabe aquelle SENHOR a quem som manifestos os segredos dos corações (*Carta Primeira*, p. 2).

Observamos, nesta passagem, que Osório ensina ao Rei, a partir do exemplo do rei da Persa como o governante precisa ter pessoas de confiança ao seu redor para que estes sejam seus olhos e ouvidos. De acordo com Osório, um rei precisa de pessoas de confiança, que lhe digam, com sinceridade, tudo o que deve ser dito, pois, os amigos que só falam ‘coisas agradáveis’ são homens de pouca confiança. O autor orienta D. Sebastião que a condição para ser um bom governante é ter perto de si pessoas verdadeiras e não adulares.

Em Athenas havia pragas solemnes, instituídas com publicas cerimônias e com palavras e grande terror, contra quem, por seo particular intento, aconselhasse sua Republica contra o bem commum. N’ ellas se pedia a Justiça Divina, para que os taes fossem destruídos, e toda a sua geração confundida. Se isto se fazia em uma Republica, onde havia muitos Príncipes que podiam ser per qualquer outro cidadão desenganados; que se deve fazer em Estado soberano de um Príncipe, o qual se for enganado, ñ há mais em que pôr os olhos?

Graves malefcios commette quem engana, ou ñ desengana o seo Príncipe: um d’ elles he traiçõ, o outro, injuria atroz; por que se he traiçõ ñ querem os atalaias avisar o seo capitam, dos mouros que correm; como ñ será maior traiçõ encobrir á VOSSA ALTEZA os perigos que estam armados para a ruína de toda a Republica, se ñ for socorrida com tempo? (*Carta Primeira*, p. 4).

De acordo com Osório, apresentando o exemplo de Atenas, quem engana o Rei, com mentiras e traições, prejudica todos os súditos, porque seus atos, ao influenciarem o governante, atingem o bem comum. No caso desta citação, o autor destaca

um tema que se encontra presente ao longo desta *Carta* e que foi igualmente retomado em outras: a guerra contra os mouros. Osório é contrário à guerra e afiança que aqueles que aconselham o Rei a investir em tal empreitada são inimigos do Rei e do Reino.

Dizem também que nunca guerra foi feita com mais esforço que conselho, e que mal poderá ter bom fim. Confirmam isto com os *accommettimentos* sem fruto, e o triste successo dos irmãos Infantes D. Henrique, e D. Fernando o santo, sobre Tangere; e com a primeira passage d'El Rei D. Affonso; por tudo ser tractado com mais esforço que conselho.

Dee me VOSSA ALTEZA, licença que diga tudo, pois comecei; e que não encubra nada do que convem a seo serviço.

Dizem os prudentes que o officio de bom Rei, mais consiste em defender os seos, que offender os inimigos: e que tanto he isto verdade que nenhuma cousa ganhariam os Principes illustres nas victorias havidas contra seos inimigos, se d'ellas não resultasse a seguridade de seos vassalos. [...] e por concluso, não falta quem diga que entre pressa e diligencia há grande diffrença; por que a diligencia não perde occasiõ, e a pressa não espera por ella: e muito maiores os inconvenientes se seguem da muita pressa, que da pouca diligencia; porque muitos accelerados choram o que perdem de seo, e os pouco diligentes o que não ganham de alheo (*Carta Primeira*, p. 8-9).

Ao prosseguir em sua orientação de não investir na guerra, Osório serve-se da história para exemplificar ao Rei que, em outros tempos, reis importantes fizeram a guerra sem planejar, praticando mais esforços do que planeamento. De acordo com o autor, estes exemplos devem servir para impedir que D. Sebastião empreenda a guerra sem se preparar. Aconselha ainda o monarca que a função primeira de um bom governante é cuidar e proteger seus súditos e nunca ao contrário. Caso for necessário travar uma guerra contra o inimigo, isso somente deve ocorrer quando for condição de proteção dos súditos. Para Osório, a prudência e o planeamento são virtudes imprescindíveis àquele governante que zela pelo bem comum do seu povo. Logo, lançar-se na guerra sem ser diligente implica que D. Sebastião tornar-se-á um mau rei na medida em que não está preocupado com a felicidade e o bem de seus governados e nem consigo mesmo.

Também se pode dizer que quando VOSSA ALTEZA se não possa purgar de algum erro, a culpa se pode diminuir com o exemplo de grandes Principes que com o mesmo espírito cahiram em grandes trabalhos. S. Luiz, Rei da França, por fazer guerra com mais ardente zelo que conselho, foi de uma vez captivo, e de outra morreu de peste sobre Tunes. Imitou n'isto o st<sup>o</sup>. Rei Josias que, por entrar em batalha, que podia muito bem excusar, morreu elle, e com elle toda a esperança de Jerusalém. (*Carta Primeira*, p. 11-12).

De acordo com o autor, seguindo os acontecimentos da história, um rei que empreende uma guerra sem estar preparado para a empreitada prejudica duplamente o povo. De um lado, traz a miséria, a instabilidade e a tragédia para dentro de seu território. Por outro, ao se expor ao perigo de uma guerra sem planeamento, põe em risco a segurança do reino porque se arrisca a ser capturado ou morto, o que provocará a instabilidade política no seu Estado porque os seus súditos ficarão sem o governante legítimo. Assim, um rei que não age de modo diligente e sistemático é sempre um péssimo governante.

Um último exemplo que mencionamos sobre o uso que Osório faz da história para ensinar ao rei está presente na quarta *Carta*, ao solicitar que o monarca atente para o fato de que a Igreja está sendo prejudicada e que, por isso, tome providências contra o juiz da coroa, Jorge da Cunha, por estar permitindo que súditos não pagassem o dízimo à Igreja.

[...] que todo o príncipe que acrescentou a honra à Igreja de DEUS foi honrado e favorecido de DEUS, e com sua graça alcançou immortal memória; e os que a vexaron, todos houveram desventuado fim. Ponha VOSSA ALTEZA os olhos em um Constantino Magno, em um Theodosio Magno, em um Carlos Magno, e verá quam amigos da Igreja foram, e quam grandes mercees, prosperidades e honras, por este respeito, da mão de DEUS receberam: veja per outra parte o Imperador Frederico Barbaroxa, e depois Frederico II, e outros Imperadores que se esquecerom d'este caminho quam tristes fins tiveron: (*Carta Quarta*, p. 69).

Esta *Carta* é elucidativa quanto aos embates que estavam ocorrendo entre a Igreja e homens da coroa. Osório retoma exemplos dos reis medievais para evidenciar que os reis devem proteger os interesses da Igreja e não atacá-los. De acordo com a história, segundo o autor, reis que defenderam esta instituição foram grandiosos e suas memórias foram preservadas, como Carlos Magno. Mas, aqueles que a atacaram foram prejudicados. Assim, orienta o Rei a se colocar como protetor desta instituição. Essa orientação de Osório ao rei precisa ser considerada dentro do universo das relações em que vive o autor. Não podemos nos esquecer que ele era um bispo, portanto, um quadro da Igreja e, provavelmente, muito importante até pela proximidade que tinha com o rei. Todavia, a questão que se coloca para nós é a relevância concedida por ele à história para ensinar o rei a ser um bom governante. Osório não se dedica a exortar palavras de virtude a D. Sebastião, mas pelos exemplos de outros reis, de outros tempos, ele mostra ao monarca como ele deve se portar. É sob este aspecto que destacamos a segunda característica da nossa abordagem no texto: o uso que o autor faz da história revela quanto é importante que o governante tenha ao seu lado um intelectual que tenha se apropriado do conhecimento e saiba o quanto ele é importante para produzir o bem comum de uma nação. Osório é este intelectual que sabe os riscos que atingem um reino quando seu governante não está preparado para tal função. Nesse sentido, podemos recuperar, em certa medida, a ideia que está na *República* de Platão acerca da importância de se ter à frente do governo um rei filósofo. No caso de Portugal, D. Sebastião não é um filósofo, mas Hieronymo Osório tem o perfil do filósofo do renascimento: é religioso, possui profundo conhecimento da história; conhece e reconhece a importância das virtudes da amizade, da sinceridade, da prudência, como características essenciais das pessoas em geral, mas imprescindíveis àqueles que ocupam o poder.

O segundo aspecto que depreendemos das *Cartas* de Osório vincula-se à sua importância no âmbito da historiografia, ou seja, em que medida podemos aprender com ele sobre o seu tempo e, do mesmo modo que ele tomou da história a forma de ensinar, nós fazermos uso do seu exemplo e tomarmos as rédeas de nossos destinos e sabermos governar nossas ações e, concomitantemente, ensinar estes mesmos princípios aos nossos alunos.

As passagens a seguir estão na segunda *Carta*, na qual Osório supõe que o Rei vai, de fato, contrair matrimônio, portanto, fazer uma aliança com o governo da França.

Muitas diferenças assignam os philosophos entre tyrannos e Reis; mas eu cuido que uma so basta, que he a vontade de razão: porque a vontade

per si, sem obediência ao intendimento, he desconcerto e tyurannia, e a estrada do inferno, a mais certa que sabemos: e a boa razão he lei natural e divina. Peloque, com muito fundamento, se virmos um homem fazer milagres, e juntamente soubermos que he voluntário, podemos determinar que nõ he justo, nem virtuoso, e que os milagres som falsos como de Antichristo. Pelo contrario quando pozermos os olhos em homem que nõ he afeiçoado a seo parecer próprio, e que facilmente segue a razão dos outros, quando he melhor que a sua; podemos presumir que este, nõ somente se pode governar bem a si mesmo, mas a impérios muito grandes. (*Carta Segunda*, p. 19)

Com a intenção de fazer com que o Rei o ouça, o autor usa do saber filosófico para distinguir o governante tirano do justo. Seguindo este princípio Osório destaca o fato de que o tirano não ouve nenhum conselho e se guia por si mesmo, ainda que este caminho esteja equivocado e possa trazer agruras ao seu povo. O governante, ao contrário, escolhe o caminho a seguir pelo uso da razão e não se esquiva em reconhecer que a ideia do outro pode ser a acertada e não a sua. Ou seja, o tirano tem a verdade sempre, ao passo que o sábio parte do princípio da razão. Segundo Osório, é este o rei que traz a felicidade e o bem comum aos seus súditos.

Ao prosseguir seus ensinamentos e conselhos acerca da importância do casamento do Rei, o autor destaca o fato de que um governante justo faz uso da razão quando escolhe para seus conselheiros aqueles que são capazes de pensar para além de seus interesses e se dispõe a pensar no bem comum.

Nõ há quem per si alcance tudo o que lhe convem, por isso quiz Deus, para suprimimento d'esta falta, dar a Reis tamanhos estados, para que de infinito numero de homees podessem escolher alguns singulares para seo conselho; os quaes nõ tractassem de falar à vontade, por seos interesses e respeitos particulares; mas que houvessem de tractar verdade para o fim do bem commum. Pelo que nõ som obrigados os Principes somente a enfrear suas afeições, mas também a pôr a vida pelos seos. (*Carta Segunda*, p. 19-20).

Para Osório, o príncipe que é governado pela razão pensa primeiro no seu povo, ao invés de pensar em si. Assim, se D. Sebastião for justo e fazer uso da razão, certamente se casará com a pessoa ligada à coroa francesa, uma vez que esta é uma das mais poderosas da Europa, por conseguinte, uma excelente aliada. Nesse sentido, o Rei não pode pensar em si, uma vez que o seu casamento será em benefício do bem comum de seus súditos.

Corre fama per esta terra, que VOSSA ALTEZA he casado em França; se assim he, será para a gloria de NOSSO SENHOR, prosperidade d'este Reino e grande nome de VOSSA ALTEZA, que já, per este negocio, nõ pode ser pouco illustre: porque dizem, que nõ casa VOSSA ALTEZA per sua vontade, mas peloque convem à paz e proveito de seos Reinos e senhorios; no que se vee quam grande mercê nos faz todos o SENHOR DEUS: poisque nos deu um Rei que, em tam pouca idade, se nõ governa per appetites, mas antes per juízo de prudencia. (*Carta Segunda*, p. 18).

O autor exalta qual seria a melhor atitude do Rei em relação ao seu povo já que se casaria consciente de que eram os interesses da coroa e não os seus particulares

que esta aliança respondia<sup>4</sup>. Osório destaca o fato de que, ainda que D. Sebastião fosse um monarca jovem, teria tido o discernimento para pensar no bem comum do reino e cerceado os seus desejos. Portanto, ele seria um rei virtuoso que usa a prudência, a caridade e a razão.

Com efeito, este monarca tão virtuoso, que colocasse os interesses de sua comunidade acima dos seus, certamente faria bom uso dos conselhos de Osório e não empreenderia a guerra, pois, o povo português já estava sofrendo muitas adversidades para correr o risco de entrar em mais uma guerra a qual o autor não vê nenhuma possibilidade de vitória. Alerta ao rei para o fato de que aqueles que estão estimulando a guerra e exaltando as qualidades de guerreiro são falsos conselheiros e cuidam de seus interesses individuais<sup>5</sup>, logo, não podem ser os olhos e os ouvidos do rei, como ele apresentara na primeira *Carta* quando do exemplo do rei da Persa.

Dizem primeiramente que ño será bom Christão, nem bom Portuguez, quem ño dêr muitas graças a Deus por nos dar um Rei tam virtuoso e de tam altos espíritos, que foge de mimos, busca trabalhos, e que se põe em todo o risco pelo accrescentamento da sancta Fee catholica, e para destruição da infernal seita de Mafamede. Mas dizem que como as virtudes andam sempre junctas, ño se pode chamar fortaleza que ño for acompanhada de bom conselho, e que o conselho que VOSSA ALTEZA tomou ño se pode chamar bom, por ser fora de tempo. O ser fora do tempo provam, pela falta que há de dinheiro, de munições, de mantimentos, e pela grande fome que ao presente a maior parte do Reino padece. (*Carta Primeira*, p. 5-6).

Os conselheiros que estimulam o rei ir para a guerra e combater os mouros são, de acordo com Osório, inimigos dos súditos porque não vêm a crise que atinge a sociedade portuguesa.

Na passagem seguinte o autor revela, mais uma vez, as mazelas que atingem ao reino e denuncia o fato de o rei seguir conselhos de pessoas que não estão buscando o bem comum. Ao longo das cinco *Cartas* Osório procura mostrar ao rei que ele está recebendo orientações que poderão causar a ruína da coroa e a mais grave de todas é a que está impelindo o monarca para a guerra. Todavia, a carta em que o autor se dedica com grande afinco a alertar o rei sobre os equívocos que pode cometer é, de fato, a primeira. Retomemo-a novamente para evidenciar o quadro descrito por Osório.

Esta a defesa com que venho por parte de VOSSA Alteza: até aqui chegam minhas letras; se d'aqui por diante VOSSA ALTEZA insistir em contrastar o tempo a que a lei de Deus quer obedeçamos, buscasse outro melhor letrado; por que ño me atrevo a defender a causa: pois se faltar dinheiro, se faltarem mantimentos, e ño se podendo remediar a gente que está juncta, se ajunctar outra; muito mais se vier uma grande hymvernada; se assi pela falta de cousas necessárias, como pela contrariedade do tempo começarem a morrer as bestas, e depois os

---

<sup>4</sup> Ressaltamos que não houve este casamento, mas trata-se somente de uma ideia que o mestre Osório pretendia que se realizasse para assegurar a proteção da coroa francesa ao reino de Portugal.

<sup>5</sup> Essa questão é recorrente nas *Cartas*. Para Osório, o Rei deve eleger para seus conselheiros pessoas justas e sinceras. Ela aparece muito claramente também na terceira Carta: “Somente aos Reis me parecia que se estendia aquella praga de ninguém lhe falar a verdade se ño os cavallos; por que só estes, á custa d’elles, os desenganavam de serem ruins cavalgadores, quando o eram. Mas já vejo que he mal que os Principes apegam a todos os que lhes som aceitos: [...]” (*Carta Terceira*, p. 26).



homees; veja VOSSA ALTEZA quam grande será a festa dos Mouros, e quanta a tribulação dos Christãos.

De acordo com Osório, o rei não está sendo sábio ao pensar em atacar os mouros sem planejamento e sem considerar as condições climáticas. Insiste na necessidade de o rei ser virtuoso e ouvir os conselhos de sua orientação.

Não tenho os Mouros por tam pouco guerreiros que esperam batalha campal, vendo que sem lança e sem espada podem ser desbaratados os nossos. Os frios, as chuvas, as lamas, as serras, o hymverno defendem as terras. Marchar ao presente não he possibil, estar encerrados nas cidades não he honra: para combatter Rez ao presente não ha tempo nem aparelho; e ainda que se despejasse, não era prudente tomar uma tam grande cidade em tempo que se não pudesse logo fortificar. (*Carta Primeira*, p. 15)

Osório descreve na passagem abaixo de que maneira o projeto de guerra está atingindo todo o povo português e que este sofrimento terá sido em vão se os portugueses não ganharem a batalha.

Pois SENHOR, de que servirá logo tanto trabalho e tanta despesa sem fruto? Não falo dos juros que fidalgos têm vendido, nas jóias empenhadas, nas lagrymas das mulheres, na pobreza da Gente nobre, na miséria dos que pouco podem. Gaste-se tudo, e consuma-se por serviço de DEUS e de VOSSA ALTEZA; mas seja em tempo que aproveite: em tempo porem que a perda está tam manifesta, o ganho tam duvidoso, para que quererá VOSSA ALTEZA que, quando o SENHOR DEUS offerecer uma grande occasiõ para seo serviço, não haja em Portugal forças para se lançar mão d'ellas. (*Carta Primeira*, p. 15-16).

O autor alerta o rei que o seu projeto esta causando a miséria de seus súditos. Lembremos que ele insistiu ao longo das *Cartas* que o rei que não zela pelo bem comum de seus súditos não é um bom governante, mas, sim, um tirano. Se D. Sebastião insistir nesta empreitada ele atingirá, de acordo com o autor, diretamente, seus súditos, trazendo-lhes mais infortúnio.

Ele explicita ao rei que não está propondo o abandono do projeto de atacar os mouros, mas apenas propondo que a guerra seja adiada, para que haja planejamento. Que o rei seja sábio e use a razão para esperar o melhor tempo da natureza e dinheiro para armar bem seu exército.

Da guerra não se desista: haja os fronteiros necessários: os exércitos vaam por diante: haja menos damascos e mais cassoletes: menos perfumes e mais lanças: tenha-se muita conta com a justiça, por que não falte o favor divino; com a Fazenda, por que não falte o melhor e mais necessário, e que com a grande vexaçõ dos pobres não haja de offender gravemente a Deus; ajunte-se dinheiro de vagar; o que se poderá mui bem fazer, se a Arithmetica for melhor executada, que hora he cresçam as esperanças para quem as merecer: se sobre tudo os olhos estejam sempre firmes no Ceo: esperem-se conjunções que não poderão muitos annos tardar (*Carta Primeira*, p. 15-16).

Para Osório, uma empreitada desta envergadura exige que o Estado tenha um governante prudente, sábio, que faça uso da razão porque, se isso não acontecer, não é

apenas a coroa que é sacrificada e pode mudar de ‘cabeça’, mas todo o povo pode sofrer as consequências de um governante vaidoso e arrogante e, na situação de D. Sebastião, muito propenso a ouvir aqueles que defendem interesses particulares em detrimento dos interesses públicos. Nesse sentido, é importante salientar que Osório não se posiciona contra a guerra. Ao contrário, ele é um religioso católico e, como tal, combater os mouros fazia parte de sua função religiosa. Contudo, ainda assim, o que sobressai nas *Cartas* é o intelectual que, pelo conhecimento da história, não precisa vivenciar os acontecimentos para saber os seus resultados. Antes, pelos exemplos do passado, prudentemente, pode-se saber os resultados de determinados atos. No caso do monarca de Portugal e do episódio da guerra, infelizmente, Osório estava certo e a história, na segunda metade do século XVI evidenciou isso.

### Considerações Finais

O propósito deste texto, como apontamos no início, foi explicitar a importância e o papel que um intelectual exerce socialmente quando junto do poder. Seus ensinamentos podem conduzir uma nação a uma situação de muitos êxitos, bem como pode levar um Estado à ruína. Osório apresentou nas *Cartas* um caminho a D. Sebastião, no qual ele poderia ter sido um governante sábio e virtuoso. Daí a relevância do governante ter junto de si ‘bons ouvidos’ e ‘bons olhos’, já que ninguém governa sozinho.

Desse modo, quando trouxemos para o debate as *Cartas* de Osório como fonte para nossas reflexões, no campo da história da educação, a finalidade foi evidenciar que estas missivas possibilitam que aprendamos a fazer uso da memória, da história, para apreendemos que um intelectual, quando se compromete com o seu tempo e tem a oportunidade de influenciar um governante, não deve titubear em fazer uso do conhecimento em benefício da comunidade. Entretanto, ainda que este intelectual não esteja junto do poder, ele convive com outras pessoas, seja como mestre, seja como autor de texto e, nestas duas condições, ele pode influenciar o seu tempo e propor caminhos aos homens de seu tempo para que sociedade não sofra as consequências de atos do governante ou do sujeito singular que conduziu suas ações sem ‘conselhos’ e sem ‘planejamento’. Aprendamos e façamos uso das lições de Osório: não vivemos sozinhos; a prudência está em saber que tudo o que alguém faz atinge o outro. Em virtude deste aprendizado que observamos logo de início que as *Cartas* de Hieronymo Osório podem nos ensinar, como história e como historiografia.

### Referências

- BELLINI, L. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg7-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-7.pdf)  
Acesso em: 31/01/2012.
- BURKE, P. *As Fortunas d' O Cortesão*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARTAS PORTUGUEZAS DE D. HIERONYMO OSORIO. Pariz: Officina de P. N. Rougeron, M.DCCC. XIX (1819).
- DELLA CASA, G. *Galateo ou dos costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 2vs.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Brasília: UnB, 1985.
- ROTERDÃ, E. A Civilidade Pueril. *Revista Intermeio*. (Encarte Especial), Campo Grande, n.º. 2, 1998.

Recebido para publicação em 17-08-12; aceito em 15-09-12